

1 ATA DA 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por
4 meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Ana Ludvig, representante titular (Centro de
7 Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler, representante suplente (Centro de
8 Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto
9 Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-
10 UFSC), Maria Lúcia Haygert representante suplente (Instituto Memória e Direitos
11 Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Lucilene
12 Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC),
13 Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-
14 SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Valdete
15 Daumfembach representante suplente (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi,
16 representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Fabrício Bogas
17 Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+), Vera Lúcia Vargas (Fórum de
18 Mulheres do Mercosul – FMM) e **representantes governamentais:** Cláudio Gama,
19 representante titular (Secretaria da Casa Civil – SCC), Josiane Melo, representante
20 suplente (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa –
21 SAP) e Luiz Felipe Fuentes (Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia
22 Oficial – CSSPPO) e **como convidados (as):** a senhora Eri Camargo (Fórum de
23 Mulheres do Mercosul - FMM) e o senhor Alexandre Bogas Gastaldi (Acontece
24 Arte e Política LGBTI+). A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas
25 Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+) que cumprimentou e agradeceu a
26 presença de todos (as), fez a leitura da pauta e sugeriu manter a dinâmica da
27 formação continuada sempre na abertura das reuniões. Diante disso, o presidente
28 fez a apresentação do convidado: Alexandre Bogas Gastaldi e tema: Orgulho
29 LGBTI+ e Políticas Públicas, **ponto (5)**. Alexandre (Acontece) cumprimentou a
30 todos e manifestou sua satisfação em estar participando como convidado na
31 formação continuada do Conselho. O convidado se apresentou como diretor
32 executivo da Associação Acontece Arte e Política LGBTI+ e estaria como
33 presidente do Conselho Municipal LGBT de Florianópolis, biênio 2021-2023. O
34 convidado mencionou que iria relatar acerca das ações realizadas, em andamento
35 e futuras para que a população LGBTI+ tenha cidadania plena. Alexandre relatou
36 ser casado com o atual presidente do CEDH-SC e militante na causa a alguns
37 anos, com experiência em alguns estados como São Paulo e Minas Gerais.
38 Segundo o convidado quando chegaram a Santa Catarina, em 2012, o Movimento
39 LGBT estava estruturado como Movimento Catarinense, antes de sua chegada ao
40 estado. Alexandre (Acontece) mencionou haver ONG em Santa Catarina com
41 mais de 22 anos de funcionamento, trabalhando e buscando Políticas Públicas. O
42 convidado relatou que durante os governos: Lula e Dilma, houve incentivo e
43 abertura de Conferências LGBT: municipais, estaduais e nacional, e foram
44 notados muitos avanços nos Estados após as Conferências em 2008, 2011 e
45 2015. De acordo com Bogas (Acontece) quando realizada a 1ª Conferência
46 Nacional LGBT ficou fortalecido no país a busca pela efetivação de Políticas
47 Públicas. E, naquele momento iniciou-se um processo de criação do tripé da
48 cidadania LGBT que seria: um conselho LGBT, um plano municipal, estadual e
49 nacional de Políticas Públicas e uma Coordenadoria do Governo do Estado.
50 Sendo a base o orçamento para o funcionamento deste tripé. Esse trabalho foi
51 intensificado nos estados com movimentações, sendo uma delas a criação da lei
52 de criação do Conselho. De acordo com Alexandre (Acontece) em 2012, através
53 da SDS, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS) foi instituída uma
54 Portaria criando uma Comissão paritária para criar a lei do Conselho LGBT no

55 estado. Continuou seu relato dizendo que após pouco mais de 1 (um) ano de
56 trabalho e diversas reuniões na Assembleia Legislativa de Santa Catarina
57 (ALESC) a lei foi entregue começou a tramitar próximo a lei de criação do CEDH
58 porém quando apresentada na ALESC, em 2013, os dados foram modificados.
59 Novamente foi conversado com a gestão para ser feito um substitutivo global
60 porque ficou decidido colocar a flexão de gênero. Como resultado, Alexandre,
61 relatou que na votação final que deveria ter quórum qualificado não foi possível
62 porque ficou decidido que o voto seria aberto e muitos não quiseram expor seu
63 voto devido ao ano seguinte ser ano eleitoral. Desta forma a lei foi arquivada. O
64 convidado disse que ficou resolvido então não retomar esse assunto pelas
65 dificuldades encontradas e focar no CEDH e no Conselho Municipal LGBT que
66 estavam avançando seus trabalhos. Segundo relatou o convidado, em 2013, foi
67 encaminhado um ofício-circular aos governos estaduais, da Secretaria da
68 Presidência da República, de Direitos Humanos, que mencionava o disque 100, a
69 implantação do tripé, existia uma movimentação do executivo nacional
70 impulsionando a construção e efetivação de Políticas Públicas nos estados. O
71 convidado mencionou que falta em Santa Catarina um governo comprometido em
72 fazer Políticas Públicas e salientou toda uma dificuldade encontrada no estado em
73 se avançar quanto as questões LGBT. Neste mesmo período, Alexandre relatou
74 que foi discutido o fluxograma do disque 100, foi conversado com todas as
75 Secretarias, porém esse processo não avançou. Em 2016, quando participou
76 como conselheiro do CEDH e 1º Secretário deste Conselho, esse mesmo tema foi
77 levado a pauta, porém, não havendo avanços devido a ser um período de
78 estruturação daquele. Alexandre (Acontece) salientou a importância de se ter
79 estatísticas, colocando Santa Catarina como um estado “arcaico” em relação a
80 levantamento de dados. Expôs que o estado possui leis LGBT anteriores a 2010,
81 sem maiores avanços desde então. Dentre as normativas listadas por Alexandre
82 algumas delas foram as seguintes: Parecer do Conselho Estadual de Educação
83 de 2009 que tem abertura de campo específico nos documentos escolares para
84 inclusão do nome social e a lei que institui o dia estadual de Combate à
85 Homofobia e discriminação e Violência em razão da orientação sexual (17 de
86 maio). O convidado disse que participou de reunião da Comissão de Legislação e
87 Normas do CEDH e falou da importância da criação de Resoluções de modo a
88 facilitar essas questões, principalmente relacionadas ao nome social devido as
89 dificuldades encontradas nas escolas. Alexandre (Acontece) disse que apesar de
90 se ter um Conselho Municipal LGBT em Florianópolis, plano, leis, não existe uma
91 coordenação específica e nenhuma Política Pública efetivamente construída.
92 Alexandre apresentou o documento construído na Conferência estadual de 2015,
93 em que participou ativamente, que contém todas as informações para construção
94 de um plano estadual LGBT, e; manifestou sua insatisfação ao dizer que todo o
95 trabalho se tornou apenas um documento extraoficial sem efetividade porque o
96 executivo não segue adiante. Por fim, argumentou sobre a importância de se
97 discutir temas de gênero e diversidade nas escolas que seria a principal
98 ferramenta para mudar a questão do preconceito em nossa sociedade. O
99 presidente comentou que a Secretária do Conselho sugeriu que no momento de
100 alteração da lei do CEDH que seja pensado em garantir a participação no
101 Conselho por segmentos. Então, o presidente sugeriu que as Comissões de
102 Legislação e Normas, assim como a Comissão LGBT estejam pensando
103 conjuntamente em como iniciar esse processo. Fabrício (Acontece) comentou
104 sobre a importância de se ter orgulho da vivência e da história LGBT, e da
105 construção social e política de Direitos Humanos, porém lembrou que o Brasil
106 está entre os países que mais assassinam e violentam a população LGBT no
107 mundo. Explicou que o mês do orgulho surgiu em proposição ao fato ocorrido em
108 Nova Iorque, a Rebelião de StoneWall. O presidente então abriu momento para
109 perguntas. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) mencionou alguns

110 reconhecimentos do Supremo, na parte criminal, com a equiparação ao racismo,
111 na qualidade de crime hediondo e, também protegeu a população LGBT junto aos
112 direitos da mulher. A conselheira Celina (IGENTES) agradeceu a presença do
113 Alexandre (Acontece), por estar junto à Comissão LGBT e indagou sobre a
114 situação no estado, se existe um mapeamento. Alexandre (Acontece) disse
115 desconhecer qualquer movimentação de leis de criação de conselhos municipais
116 LGBT. O convidado relatou existirem leis pontuais em Blumenau e Joinville sobre
117 o dia de Combate à Homofobia. Outro ponto salientado pelo Alexandre (Acontece)
118 foi quanto à dificuldade em juntar ONGs (Organização Não Governamental)
119 disponíveis, em Florianópolis, para as eleições do Conselho Municipal, então
120 argumentou que nos municípios poderia estar pensando num modelo diferente
121 para os Conselhos Municipais com a participação de pessoas LGBT e não
122 apenas de ONGs. Por fim, o convidado se dirigiu ao conselheiro Cláudio (SCC) e
123 disse que apesar dos avanços por parte do judiciário, citou os casos de adoção,
124 mas devido aos reflexos da sociedade conservadora não se consegue aprovar
125 leis federais que garanta processos de mudanças. Neste instante pediu a palavra
126 a convidada Erli Camargo (FINER) que falou da possibilidade de estar abrindo
127 diálogo com os diferentes temas, como sugeriu a secretária do Conselho. A
128 convidada lembrou que no município de São Paulo foi iniciado um Conselho com
129 diferentes temas, que contemplava não somente o tema LGBT, assim como
130 outros itens dos direitos fundamentais. Em seguida a ex-conselheira fez um
131 informe quanto a notícia de iniciativa da OAB-SC, de colocar na sede uma placa
132 de inclusão no banheiro da população LGBT, que estaria gerando polêmica contra
133 a própria presidente recém-eleita do órgão. Erli (FMM) justificou ter trazido esta
134 notícia porque os pequenos avanços na área de inclusão das diversidades, o
135 reconhecimento e não somente a tolerância, verifica que em todos os momentos
136 e lugares está havendo essa reação conservadora. Fabrício (Acontece) falou da
137 importância de não dar visibilidade as pessoas com discurso conservador e nem
138 comentar das ações dessas. O presidente retomou a fala do conselheiro Cláudio
139 (SCC) e que apesar de apoiar o Supremo Tribunal Federal, afirmou que a
140 criminalização não seria a solução. Retomou a fala do Alexandre (Acontece)
141 dizendo que a solução seria a educação e pensar em Políticas Públicas para
142 Direitos Humanos. Finalizando este ponto, Alexandre (Acontece) enfatizou sobre
143 uma reunião que teria acontecido ainda nesta semana, de um Grupo de Trabalho
144 do Conselho Municipal LGBT, para tratar de 2 (duas) leis municipais: uma sobre o
145 Dossiê da mulher Florianopolitana, da vereadora Carla Ayres e outra seria o
146 Dossiê de Violência LGBT, do vereador Tiago Silva, onde está sendo discutido
147 abrir um canal junto ao Ministério Público de Santa Catarina. Agradeceu a
148 oportunidade e se despediu de todos. Dando prosseguimento foi feito o
149 **levantamento de quórum (2)**, onde a secretária afirmou haver quórum suficiente
150 para as deliberações. O presidente então indagou se a pauta seria aprovada ou
151 teria alguma consideração a ser feita. **Leitura e aprovação da ordem do dia (3)**.
152 A secretária lembrou pedido de inclusão de pauta sobre a **elaboração de**
153 **relatório anual de atividades do Conselho (5.1)**, que partiu do conselheiro
154 Cláudio Gama (SCC). O conselheiro Cláudio (SCC) disse que poderia ser levado
155 este ponto para a próxima plenária. O presidente acolheu o pedido, devido a sua
156 importância. A pauta é então aprovada pelo pleno. A conselheira Lúcia Haygert
157 (IMDH) sugeriu que fosse encaminhada material de todas as atividades feitas pela
158 Mesa Diretora somado ao relatório das Comissões. A conselheira Lucilene (CUT-
159 SC) sugeriu resgatar todas as atividades do conselho colocadas nas atas e
160 demais repassadas pela Mesa Diretora. **Encaminhamento: levantamento de**
161 **todas as atividades em ata (últimos 12 meses) e repasse de informações das**
162 **atividades feitas pelas Comissões. A Mesa Diretora e as Comissões, feito**
163 **seus devidos levantamentos deverá encaminhá-los a Comissão de políticas**
164 **Públicas para construção do relatório final.** Dando prosseguimento foi

165 introduzido o **ponto (4) de pauta sobre as justificativas de ausências**. Foi
166 passado a justificativa dos conselheiros da Secretaria de Estado do
167 Desenvolvimento Social, o representante titular, Maicon de Medeiros estava de
168 férias e a suplente em outra agenda. Os conselheiros do Instituto do Meio
169 Ambiente, o representante titular em viagem à trabalho e sua suplente em período
170 de férias. A Secretária aproveitou o ensejo para informar que havia se
171 comunicado com o conselheiro Elias (IMA) sobre a situação da comunidade
172 quilombola de Ilhotinha, que foi repassada a demanda para a Coordenadoria
173 Regional de Tubarão conforme verificou a própria Secretária. O conselheiro se
174 comprometeu a estar se inteirando e levando notícias ao CEDH-SC. Dando
175 continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (6) Informes e encaminhamentos**
176 **sobre Carta aberta a todos (as) os (as) pré-candidatos (as) a governador (a)**
177 **do Estado de Santa Catarina (SC)**. Fabrício (Acontece) comunicou que em sua
178 ida a Brasília, para a reunião da Rede Nacional de Conselhos de Direitos
179 Humanos foi construída uma carta para os pré-candidatos, porém seria uma carta
180 ampla em defesa da democracia e dos Direitos Humanos. A vice-presidente
181 Celina Rinaldi (IGENTES) e o presidente Fabrício (Acontece) sugeriram serem
182 entregues esses dois documentos a todos (as) pré-candidatos (as). Fabrício
183 (Acontece) sugeriu ao conselheiro Cláudio (SCC) que após finalizado o
184 documento que fosse socializado no grupo do Conselho para contribuições. A
185 conselheira Maria Del Carmen (IMDH) manifestou sua opinião dizendo que o
186 documento deveria ser propositivo, de 2 a 3 páginas, no máximo, de preferência
187 sem anexos e entregues aos partidos devido as mudanças de alianças. Ao ser
188 indagado pela conselheira Lúcia Haygert (IMDH), o presidente explicou que o
189 documento firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os conselhos seria
190 aos candidatos. Então a conselheira teve concordância com os demais, ao dizer
191 que se tratam de documentos diferentes: o nacional, uma carta compromisso e o
192 estadual, uma carta propositiva. **Encaminhamento: O conselheiro Cláudio irá**
193 **finalizar o documento e socializar no grupo do conselho antes de entregá-lo**
194 **aos pré-candidatos (as)**. Na sequência foi iniciado o **ponto (7) diálogo sobre a**
195 **democracia**. O presidente Fabrício (Acontece) mencionou 2 (dois) documentos
196 que tiveram origem das reuniões em Brasília: um Termo de cooperação Técnica
197 com o TSE e a partir deste, uma Recomendação Conjunta. A Adesão a este
198 último documento foi feita por meio de votação através do grupo do conselho,
199 uma vez que o prazo para resposta antecedia a data desta plenária. O presidente
200 explicou que o CEDH foi demandado pelo Conselho Nacional assim como pela
201 Rede de Conselhos de Direitos Humanos para que fosse feito convite para uma
202 reunião com o Tribunal Regional de Santa Catarina (TRE-SC) para apresentar o
203 Termo de Cooperação e a Recomendação Conjunta. O presidente informou que a
204 Secretária fez o convite ao órgão, porém estava aguardando uma resposta.
205 Fabrício (Acontece) estendeu o convite aos conselheiros (as). A conselheira
206 Celina (IGENTES) informou que a idéia seria de se construir a partir deste
207 documento nacional, um diálogo permanente com o TRE-SC, com a Procuradoria
208 Regional Eleitoral e com as Defensorias durante o processo eleitoral.
209 Complementou explicando que o documento está diretamente ligado a defesa da
210 democracia e seu objetivo seria abrir canal com o TER-SC e Procuradoria
211 Regional Eleitoral de modo a facilitar denúncias com estes órgãos e pensar ações
212 conjuntas no estado. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH) lembrou que ficou
213 deliberado na plenária em que participou a vereadora Marlina Oliveira que fosse
214 discutido nesta reunião sobre o racismo político. Finalizando a plenária foi
215 introduzido o **ponto (8) devolutiva das ações da última plenária**. A secretária
216 do conselho comunicou que a Recomendação referente a Ocupação Marighela,
217 no município de Palhoça, havia sido encaminhado via Sistema de Gestão de
218 Processos Eletrônicos (SGPe) à Polícia Militar de Santa Catarina e ao Colegiado
219 Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO), ambos foram

220 respondidos e compartilhados no grupo do Conselho, encaminhado a SDS e a
221 Prefeitura Municipal de Palhoça. Outro encaminhamento feito por meio dos
222 Ofícios nº 026 e 027/2022 acerca da situação da Comunidade quilombola de
223 Ilhotinha para o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e respondido que a demanda foi
224 encaminhada para a Coordenadoria Regional de Tubarão e para a Secretaria de
225 estado da Educação (SED) respondida por meio de ofício nº 517/2022, sobre a
226 oferta de vagas escolares na região. Quanto ao pedido de manifestação do CEDH
227 acerca do PL nº 434.1/2021 que reserva vagas em concursos públicos para
228 pessoas afrodescendentes foi acolhido o parecer deste Conselho e encaminhado
229 para a Secretaria da Casa Civil (SCC). Em relação a reunião do TRE-SC, foi
230 solicitada a reunião com proposta de data para o dia 23 de junho de forma
231 presencial no prédio do órgão. No dia 07 de junho foi respondido e-mail para o
232 Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) quanto a adesão do CEDH-SC
233 a Recomendação Conjunta nº01 de 07 de junho de 2022. A secretária informou
234 que no dia 31 de maio o conselho foi convidado a participar de audiência pública
235 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) para debater as políticas
236 habitacionais em Santa Catarina e a Lei do despejo zero sendo que desta
237 audiência resultando numa carta do Movimento. Por fim, a secretária informou
238 que o CEDH recebeu um documento da 3ª Vara da Comarca de Joinville,
239 relatando a situação de um apenado. Foi respondido com o auxílio da ex-
240 presidente do Conselho, a senhora Cynthia Pinto da Luz, que é membro da
241 Comissão de Monitoramento. Complementou dizendo que foi encaminhado ofício-
242 circular para a Defensoria Pública (DPESC), Ministério Público de Santa Catarina
243 (MPSC), Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT),
244 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS) e Secretaria de Estado da
245 Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), onde esses foram convidados a
246 participarem de reunião, com data proposta para o dia 08 de julho nas
247 dependências da SDS, às 14h de forma presencial. A reunião foi concluída com o
248 relato de forma sucinta do presidente Fabrício (Acontece) sobre a audiência
249 pública na ALESC, realizada no dia 31 de maio. O presidente comentou que o
250 CEDH compôs a Mesa e teve momento de fala, onde foram colocadas as
251 questões básicas de moradia, como rede de saneamento, escolas, e demais.
252 Segundo o presidente, desta audiência resultou carta do Movimento que teria sido
253 encaminhada aos deputados (as), e posteriormente a este Conselho. De posse
254 desta carta, Fabrício (Acontece) propôs a construção de uma Recomendação ao
255 Estado. O presidente manifestou a sua insatisfação ao mencionar a negativa de
256 atendimento às pessoas da ocupação nas unidades de saúde, pela falta de
257 comprovante de residência. Desta discussão ficou deliberado como
258 **encaminhamento que a partir do recebimento desta carta do Movimento**
259 **seria proposta uma reunião conjunta entre a Secretaria de Estado da**
260 **Educação (SED) e Secretaria de Estado da Saúde (SES) para dialogar sobre**
261 **o tema.** O último ponto de pauta, **informes gerais (9)** Fabrício (Acontece)
262 informou que entre os dias 15 a 20 de junho estaria cumprindo agenda na cidade
263 de São Paulo referente a população LGBT e defesa da democracia. A Secretária
264 comunicou a justificativa de ausência da conselheira Fernanda Zimmermann (SED)
265 que estaria em período de férias. Nada mais havendo a tratar, Fabrício (Acontece)
266 agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
267 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente com Fabrício,
268 presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **VS5M0H40**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 08/08/2022 às 18:55:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1ZTNU0wSDQw> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **VS5M0H40** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.